



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11634.000903/2009-05

**Recurso nº** 11.634.000903200905

**Resolução nº** 3401-000.512 – 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Data** 26 de junho de 2012

**Assunto** Solicitação de Diligência

**Recorrente** CIA IGUAÇÚ DE CAFÉ SOLÚVEL

**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em sobrestrar o julgamento por força da regra contida nos parágrafos 1º e 2º do art. 62-A do Anexo II, do Regimento Interno do Carf, nos termos do voto do Relator.

Júlio César Alves Ramos - Presidente

Odassi Guerzoni Filho - Relator

Participaram do julgamento os Conselheiros Júlio César Alves Ramos, Emanuel Carlos Dantas de Assis, Ângela Sartori, Odassi Guerzoni Filho, Fernando Marques Cleto Duarte e Jean Cleuter Simões Mendonça.

## Relatório

Trata-se de auto de infração cienteificado ao sujeito passivo em 03/11/2009 relativo à exigência do PIS/Pasep dos períodos de apuração de outubro, novembro e dezembro de 2008, apurada com base no regime da não cumulatividade e incidente sobre as rubricas “Outras Receitas Operacionais” e “Cessão de créditos de ICMS”.

Na impugnação, a Recorrente informou que a rubrica “Outras Receitas Operacionais”, na verdade, referir-se-ia a uma “recuperação de despesas”, visto que era formada por valores relativos a “Recuperação de recolhimento efetuado a maior de Seguro de Acidente de Trabalho, de junho de 2007 a dezembro de 2008” [erro no pagamento]; e “Prescrição de Juros sobre o capital próprio do exercício de 2005” [correspondente à reversão da provisão para o pagamento dos juros], com um “resíduo” a ser diminuído no valor de R\$ 2,01. Assim, interpretando os dispositivos legais invocados pela fiscalização, defende a tese de que “recuperação de despesas” não pode ser considerada como receita sujeita à incidência do PIS/Pasep.

Especificamente para a reversão da provisão dos juros sobre o capital próprio, a autuada invocou a aplicação do disposto na alínea “b” do art. 1º da Lei nº 10.637, de 30/12/2002, sob o argumento de que tal rubrica não representaria o ingresso de novas receitas.

Quanto à outra rubrica que ensejou o lançamento, qual seja, a “Cessão de Créditos do ICMS”, foi a Impugnante na linha de que não se trataria de receita, mas sim de uma mera mutação patrimonial. Tanto assim, aduz a Impugnante, que a partir de janeiro de 2009, com a vigência das alterações havidas na Lei nº 10.637, de 30/12/2002, por meio dos artigos 16, 17 e 33 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, deixou-se de ser obrigatória a inclusão na base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins do valor correspondente à “cessão onerosa de créditos do ICMS”. Para ela, portanto, esta seria a demonstração inequívoca de que tal rubrica jamais deveria integrar a base de cálculo da contribuição.

Além disso, argumenta que, a considerar-se como correto o entendimento do Fisco, estar-se-ia elastecendo a base de cálculo da contribuição, sem previsão legal e em afronta ao julgado do STF com relação ao § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 1998. Colacionou diversos julgados do então denominado Conselho de Contribuintes na direção de seus argumentos.

A 3ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba-PR manteve parcialmente a exigência, relacionada apenas à incidência sobre os valores da “Cessão de créditos de ICMS”, por entender, em resumo, que somente a partir de janeiro de 2009 é que tal rubrica deixou de ter sua inclusão obrigatória na base de cálculo; antes, não.

No Recurso Voluntário, a Recorrente praticamente repetiu os argumentos lançados na impugnação contra a incidência do PIS/Pasep na “cessão de créditos de ICMS”, adicionando julgados do CARF, inclusive, proferidos por esta 4ª Câmara, dos quais destaco o Acórdãos nºs. 3401-01.102, posteriores à vigência da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, o que, a seu ver, poria por terra o argumento da DRJ quanto ao fato de que somente a partir de janeiro de 2009 é que deixou de ser possível de incidência aquela rubrica.

No essencial, é o Relatório.

**Voto**

Conselheiro Odassi Guerzoni Filho

A tempestividade se faz presente, pois, científica da decisão da DRJ em 27/09/2011, a interessada apresentou o Recurso Voluntário em 19/10/2011. Preenchendo os demais requisitos de admissibilidade, deve ser conhecido.

A única matéria que integra a presente lide é sobre a incidência ou não do PIS/Pasep sobre os valores recebidos por conta da “cessão de créditos de ICMS” a terceiros.

No caso, ocorreu que, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2008, a empresa vendeu a terceiros os créditos de ICMS de que dispunha e que não foram aproveitados para fins de apuração do valor a recolher a esse título em face da natureza de suas operações.

Pelo que se observa no razão contábil constante da fl. 7, tais vendas se deram com um deságio que variava de 5% a 11% do valor de cada crédito transacionado, de sorte que a operação foi registrada na contabilidade: a débito da conta “Bancos”, pelo valor efetivamente recebido, e da conta “Despesas c/ Descontos Concedidos”, pelo valor do deságio, e a crédito de uma conta de ativo intitulada “Créditos Diversos”, pelo valor do crédito alienado. Essa conta transitória “Créditos Diversos”, suponho, era debitada mediante o crédito na conta de “ICM a Recuperar”, esta representativa dos valores dos créditos disponíveis e não utilizados.

O julgamento deve ser sobrestado.

É que essa matéria obteve do Supremo Tribunal Federal o reconhecimento da existência de repercussão geral quando do julgamento do RE 606107-RS, Dje 19/08/2010, consoante a seguinte ementa:

“CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. 1. A questão de os valores correspondentes à transferência de créditos de ICMS integrarem ou não a base de cálculo das contribuições PIS e COFINS não-cumulativas apresenta relevância tanto jurídica como econômica. 2. A matéria envolve a análise do conceito de receita, base econômica das contribuições, dizendo respeito, pois, à competência tributária. 3. As contribuições em questão são das que apresentam mais expressiva arrecadação e há milhares de ações em tramitação a exigir uma definição quanto ao ponto. 4. Repercussão geral reconhecida.”

Trata-se do tema nº 283 da tabela das matérias que foram consideradas como de “RepercussãoGeral”, assim intitulada:

**“283 - Incidência do PIS e da COFINS não-cumulativos sobre valores recebidos a título de transferência de ICMS”**

De outra parte, constato, de pesquisa feita no site do STF em 06/06/2012, que o Ministro Joaquim Barbosa, ao manifestar-se nos autos do RE 594169/RS, que trata da mesma matéria, determinou o “sobrestamento do feito até o julgamento das matérias pelo Plenário desta Corte, devendo os autos aguardar na Secretaria Judiciária.” (grifei) [Dje-091, de 10/05/2012].

O artigo 62-A, do Anexo II, do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, aprovado pela Portaria MF nº 256, de 22 de junho de 2009, com as alterações da

---

Portaria MF nº 586, de 21/12/2010, trouxe a seguinte determinação aos Conselheiros nos julgamentos, *verbis*:

*"Art. 62-A. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática prevista pelos artigos 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF."*

§ 1º Ficarão sobrepostos os julgamentos dos recursos sempre que o STF também sobrepor o julgamento dos recursos extraordinários da mesma matéria, até que seja proferida a decisão nos termos do art. 543-B.

§ 2º O sobrepostamento de que trata o § 1º será feito de ofício pelo relator ou por provocação das partes."

Feitas essas considerações, de ofício, voto pelo sobrepostamento do presente julgamento até que seja proferida a decisão pelo STF nos termos do art. 543-B.

Odassi Guerzoni Filho - Relator



## Ministério da Fazenda

### PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

#### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por ODASSI GUERZONI FILHO em 26/07/2012 16:22:31.

Documento autenticado digitalmente por ODASSI GUERZONI FILHO em 26/07/2012.

Documento assinado digitalmente por: JULIO CESAR ALVES RAMOS em 02/08/2012 e ODASSI GUERZONI FILHO em 26/07/2012.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARIA MADALENA SILVA em 11/01/2021.

#### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP11.0121.12449.XQP4**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha1:**

**DB578501A368F49C879284E57B60297B60F9AF7B**